

EDITORIAL

Ainda sob o impacto da pandemia, que continua atrapalhando as atividades acadêmicas em todo o mundo, conseguimos, com o esforço de todos os nossos colaboradores, apresentar a nova edição da Revista do Direito Público.

Apresentamos a edição de agosto de 2020 (v. 15, n. 2) da Revista do Direito Público.

Esta edição é constituída por textos elaborados por autores de nosso estado, Paraná, e de todo o Brasil, com temas relacionados aos direitos da personalidade, minorias e políticas públicas, atuação do Ministério Público, Filosofia do Direito, Direito Administrativo – nos temas das autarquias, consórcios e agências reguladoras – responsabilização do Estado e educação e Direito Tributário.

Em relação aos direitos da personalidade, o trabalho “*Os direitos da personalidade no Direito brasileiro: Do fenômeno de personalização à cláusula geral de direito da personalidade*” analisa o artigo 12 do Código Civil à luz do neoconstitucionalismo, identificando-o enquanto uma cláusula geral do direito da personalidade.

Explorando a temática das minorias e das populações LGBTQ+, o trabalho “*A (in)visibilidade das minorias na desconstrução das políticas públicas: Democracia e efetivação dos direitos fundamentais no contexto da nova face da administração pública e as populações LGBTQ+*” propõe a análise da teoria democrática na elaboração de políticas públicas para a população LGBTQ+, diante da ampliação, nos últimos anos, dos movimentos sociais minoritários.

O estudo “*A contribuição do Ministério Público para a judicialização da política e das relações sociais*” reflete a respeito do papel do *Parquet* diante da discussão sobre a judicialização da política e das relações sociais. A pesquisa parte do papel atribuído pela Constituição ao Ministério Público e explora a atuação ministerial como autor de ações de controle de constitucionalidade e ações civis públicas.

No estudo da Filosofia do Direito, o artigo “*A teoria da argumentação jurídica de Neil MacCormick: Dimensão normativa, raciocínio prático e justificação das decisões jurídicas*” parte da teoria proposta por Neil MacCormick para analisar a justificação argumentativa, a interpretação das normas jurídicas e as decisões judiciais.

Na área do Direito Administrativo, o estudo “*A atuação do Banco Central do Brasil na superação da crise bancária: Uma análise dos regimes especiais de intervenção*” tematiza a importância do Banco Central no sistema financeiro e no controle de crises econômicas

relacionadas ao sistema econômico nacional.

O trabalho “*A nova lei geral para as agências reguladoras no Brasil: Lei n.º 13.848/19*” analisa as vantagens da recente Lei 13.848/19 para os investimentos no Brasil, uma vez que, até então, as agências reguladoras, apesar de constituídas desde as reformas da Administração Pública da década de 90, não possuíam lei geral com regras específicas que delimitassem a sua atuação.

Ainda no Direito Administrativo, o artigo “*Os consórcios intermunicipais: Entre barreiras e potencialidades*” debruça-se sobre o estudo da celebração de consórcios entre municípios, apontando as barreiras e potencialidades encontradas por estes entes federados na busca conjunta pela efetivação de interesses comuns, prestação de serviços públicos e desenvolvimento local.

Com pauta nos temas da responsabilidade civil, responsabilização do Estado e direito à educação, o estudo “*Bullying na escola: De quem é a responsabilidade pela coibição desta prática?*” aponta a responsabilização da família, da escola e também do Estado na coibição dos atos de *bullying* entre crianças e adolescentes no ambiente escolar, a fim de efetivar de forma plena o direito à educação.

Por fim, dois trabalhos aqui veiculados estudam temas de Direito Tributário. O primeiro deles, “*Concessão liminar da tutela da evidência em mandado de segurança em matéria tributária*”, enfoca a aplicação da tutela de evidência, prevista pela legislação processual, ao mandado de segurança em assuntos tributários, buscando analisar a possibilidade da concessão dessa tutela processual para suspensão do crédito tributário, à luz das normas do Código Tributário Nacional.

O segundo, “*Averbação pré-executória: A (in)constitucionalidade formal e material da Lei n.º 13.606/18*”, por sua vez, propõe estudo constitucional da recente Lei n.º 13.606/18, que passou a viabilizar o exercício da averbação pré-executória pela Fazenda Pública. A pesquisa analisa, assim, os limites dos mecanismos estatais para a satisfação do crédito tributário diante dos princípios e garantias constitucionais do contribuinte.

Nesta edição, a revista conta ainda com duas resenhas, que analisam as obras “*Fronteira: a degradação do Outro nos confins do humano*”, de José de Souza Martins e “*Las esferas jurídicas de dos mundos: Binomio posesión-dominio*”, de Guillermo Suárez Blázquez.

Esperamos que apreciem a leitura de nosso segundo volume deste ano e que as pesquisas divulgadas aqui fomentem novos estudos.

Prof. Dr. Luiz Fernando Bellinetti

Agosto de 2020